

DAVID F. L. GOMES

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA E O NOSSO TEMPO: UMA LEITURA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Recebido em 22/01/2026

Aprovado em 16/07/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1367

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA E O NOSSO TEMPO: UMA LEITURA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Resumo

Aproveitando a ocasião da aposentadoria de João Antônio de Paula como professor titular da UFMG, este texto procura oferecer uma breve síntese de algumas das ideias-motriz que operam como pilares de seu robusto pensamento, inextricavelmente ligado a uma práxis que, apesar de tudo, insiste em acreditar que outra sociedade é possível. Valendo-me de uma revisão de literatura que toma seus textos como fonte fundamental, a primeira seção discute a centralidade da mercadoria na crítica da economia política elaborada por Karl Marx. A segunda seção parte da mercadoria para adentrar o tema do valor e das alterações trazidas por Marx em face da concepção presente na economia política clássica, ao passo que a terceira seção se ocupa da relação entre valor e preço. Munido do arcabouço assim construído, é possível, na quarta seção, voltar ao tema da crise. A conclusão discute o que seria, para João Antônio de Paula, uma incompletude na obra marxista e os desafios que isso coloca frente à concretude perversa do nosso tempo.

Palavras-chave: João Antônio de Paula; crítica da economia política; Marx; crise; incompletude

DAVID F. L. GOMES

Professor da Faculdade de
Direito da Universidade Federal
de Minas Gerais (UFMG).

Email: davidfmgomes@yahoo.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0948-5860>

Abstract

On the occasion of João Antônio de Paula's retirement as a full professor of UFMG, this paper aims to offer a brief summary of some of the driving ideas that form the pillars of his robust thinking, inextricably linked to a praxis that, after all, insists on believing that another society is possible. Drawing on a review of literature that takes his texts as the fundamental source, the first section discusses the centrality of the commodity in Karl Marx's critique of political economy. The second section moves from the commodity to the theme of value and the changes brought about by Marx bring in contrast to the conception present in classical political economy, while the third section deals with the relationship between value and price. Armed with this framework, the fourth section approaches the theme of crisis. Finally, the conclusion discusses what would be, to João Antônio de Paula, an incompleteness in Marxist work and the challenges this incompleteness poses in the face of the perverse reality of our time.

Keywords: João Antônio de Paula; Critique of Political Economy; Marx; Crisis; Incompleteness

Introdução

O preço do ouro tem estado particularmente alto há um bom número de meses, sem previsão de que a tendência de elevação se reverta no horizonte próximo¹. Esse movimento ascendente, por sua vez, exibe uma simetria notável com a queda internacional do preço dólar. Uma explicação para esse duplo fenômeno poderia ser esta:

Todos os ativos monetários e não monetários expressos em dólar são “descobertos”, de um dia para outro, no que realmente são: *papéis* que valem tanto quanto o material em que estão inscritos.

Chegamos, assim, a outro paradoxo. O dólar (papel-moeda) é primariamente, como toda moeda, meio de circulação de mercadorias. Vale dizer: é ordem de compra, à vista, de qualquer mercadoria que circule no país que o emite. Aqui revela-se toda a fragilidade da moeda dita mais forte do sistema capitalista.

O dólar desvalorizou-se (...) *vis-à-vis* o ouro (...). A dinâmica capitalista desatrela-se de toda representatividade do valor. Desordenada, ela se fragiliza e leva ao extremo sua instabilidade congênita. (Paula; Pimentel, 1989, p. 67, destaques do original)

Tal explicação, porém, é de 37 anos atrás. Sua referência direta era a crise que se alastrava desde a “reversão da longa onda de Kondratieff em 1971” (Paula; Pimentel, 1989, p. 67), reversão registrada, na imediatez dos fatos históricos, pela decretação, por parte do governo dos Estados Unidos da América, da inconvertibilidade do dólar e do consequente fim do padrão-ouro.

A atualidade dessa explicação, que parece em nada ficar devendo diante do assombroso cenário contemporâneo, pode estar relacionada ao próprio caráter da crise que se tem manifestado na economia capitalista há muitas décadas, como decorrência do processo de concentração do capital – já visível sem dificuldades no final do século XIX – e do processo de ampliação da

¹ Cf., por exemplo, Meirelles, 2025.

participação do Estado na dinâmica da economia² – como corolário prático das mudanças promovidas na teoria econômica a partir de John Maynard Keynes. Na esteira desse duplo processo,

[a] crise é então aparentemente domada, sua contundência arrefecida. Entretanto, não se a suprime. Ela continuará a manifestar-se, constrangida. Sua ação não é mais drama e rumor. Silenciosa e viscosamente ela se instala. Em vez de agitação e desespero, a estagnação, a prostração, a *crise permanente*. (Paula; Pimentel, 1989, p. 65, destaques meus).

Essa “crise permanente” não significa que erupções mais agudas, como aquelas de 2006 a 2008 (Paula, 2019, p. 605), estejam definitivamente afastadas. O ponto é outro: ainda quando essas erupções violentas cessam, a crise não se esvai. Permanece, “silenciosa e viscosamente”, como é fácil de constatar no período que vai daqueles anos até hoje, bem como no período que se estende deles para trás, até a truculência da década de 1970.

Ao mesmo tempo, isso não significa também uma condenação à reiteração infinita dessa crise, como se fora uma sina, com seu colorido inescapável. Mas o reconhecimento desse seu caráter exige um reposicionamento do seu enfrentamento, o que não pode deixar de passar por um esforço de compreendê-la em suas determinações mais subterrâneas. Afinal, “a aparência das coisas não revela, de imediato, sua verdadeira natureza” (Paula, 1982, p. 73).

A essas duas tarefas, compreender e enfrentar, João Antônio de Paula tem dedicado intensamente suas incomparáveis energias teóricas e práticas. Este ano de 2026 marca sua aposentadoria como professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – o Cedeplar –, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais – a UFMG. Mais do que celebrar a beleza de sua trajetória e demonstrar gratidão por sua contribuição ao pensamento crítico brasileiro

² O ataque, na esfera pública, a um Estado interventor, no âmbito do que seria uma fase neoliberal na economia, na política e na sociedade contemporâneas, não deve iludir: o suposto mecanismo do mercado livre continua reivindicando ferozmente a ação do Estado, desde que seja para assegurar a proteção de seus interesses – dele, mercado alegadamente livre. Voltaremos a isso abaixo.

nas últimas décadas, celebração e gratidão essas sem dúvida imensamente justificadas, esta é também uma ocasião em que se deve olhar para o agora e ainda para o amanhã, buscando em sua obra a potência de futuro que ela nunca deixou que se esgotasse.

Nesse sentido, este texto é um pequeno intento de sintetizar algumas das ideias-motriz que operam como pilares de seu robusto pensamento, inextricavelmente ligado a uma práxis que, apesar de tudo, insiste em acreditar que outra sociedade é possível. Valendo-me de uma revisão de literatura que toma seus textos como fonte fundamental, a primeira seção discute a centralidade da mercadoria na crítica da economia política elaborada por Karl Marx. A segunda seção parte da mercadoria para adentrar o tema do valor e das alterações trazidas por Marx em face da concepção presente na economia política clássica, ao passo que a terceira seção se ocupa da relação entre valor e preço. Munido do arcabouço assim construído, é possível, na quarta seção, voltar ao tema da crise. A conclusão discute o que seria, para João Antônio de Paula, uma incompletude na obra marxista e os desafios que isso coloca frente à concretude perversa do nosso tempo.

Como se percebe da enunciação dessa estrutura textual, e como, de resto, já fica anunciado desde o título, o foco aqui é a leitura que João Antônio de Paula desenvolve sobre a crítica da economia política. Ao adotar esse recorte, muitos outros temas, presentes em sua obra vasta, erudita e interdisciplinar, infelizmente ficam de fora. No fim das contas, seria impossível abranger a imensidão de seu pensamento em um único texto. O que fica é o anseio de que este singelo artigo sirva também como convite a que mais gente venha conhecer as outras partes desse registro amplo, profundo e singular da cultura e da inteligência humanas.

1.A mercadoria e o “outubro de Marx”

Embora seja comum a referência a Marx como um nome pertencente ao campo mais amplo da teoria do valor-trabalho, é conhecida sua advertência

a Adolph Wagner: “O sr. Wagner também esquece que nem ‘o valor’ nem ‘o valor de troca’ são para mim os sujeitos, mas sim a *mercadoria*” (Marx, 2017, p. 255, destaques do original).

Com isso, Marx não está exatamente rejeitando sua filiação a uma concepção objetiva do valor, que tem como substância dessa objetividade o trabalho, mas está colocando acento na diferença entre sua concepção de valor-trabalho e aquela dos economistas políticos que lhe antecederam, sobretudo Adam Smith e David Ricardo. Essa diferença nem sempre esteve clara para Marx ele mesmo. É o momento em que ele a compreende, a assume e lhe dá protagonismo em seu projeto teórico que João Antônio de Paula nomeará como “o outubro de Marx”:

Chamou-se a esse momento, ao momento-chave da escolha da “mercadoria” como ponto de partida da exposição da crítica da economia política, o *Outubro* de Marx, numa metáfora que remete ao também decisivamente disruptivo representado pelo “outubro vermelho” da Revolução Russa. (Paula, 2008, p. 171, destaques do original)

Até meados de 1858, a pretensão de Marx era começar sua crítica da economia política de maneira semelhante àquela como a economia política a ser criticada também começava sua exposição, partindo do conceito de valor³:

Assim, em carta para Engels, de 2 de abril de 1858, depois da redação dos *Grundrisse*, que foram redigidos entre julho de 1857 e março de 1858, referindo-se ao seu plano de redação de sua “Economia Política”, Marx toma o valor como ponto de partida da primeira seção do capital, *O Capital em geral*, “*O Valor* – reduzido pura e simplesmente a quantidade de trabalho, o tempo como medida do trabalho” (...). (Paula, 2008, p. 187, destaques do original)

Em um intervalo de poucos meses, tem lugar uma alteração crucial nesse plano, que já se anuncia em uma carta a Ferdinand Lassalle, de 12 de novembro de 1858, e se elucida em outra carta a Friedrich Engels, do dia 29 do mesmo mês:

³ Cf. essa estrutura, por exemplo, em David Ricardo: 2004, p. 5-32.

É nessa carta de 29 de novembro de 1858 que aparece, pela primeira vez, a **Mercadoria** como ponto de partida da “Crítica da economia política”. Tal inovação na exposição, a substituição do VALOR pela **MERCADORIA** é mais que uma questão de estilo, de forma no sentido trivial do uso da palavra. É uma REVOLUÇÃO, é, de fato, o “Outubro”⁴ de Marx, a definitiva complementação de sua superação da economia política clássica. (Paula, 2008, p. 188, destaques do original)

Começar pela mercadoria é entender que o valor não é algo a-histórico, que existiria independentemente da conformação específica das relações sociais em um dado momento no tempo, como se bastasse haver trabalho humano na feitura de um objeto para que se possa falar do valor desse objeto. Ao contrário, é só no interior de uma “sociedade de produtores de mercadorias” (Marx, 2013, p. 120; 153) que o valor se põe objetivamente no mundo e pode, portanto, ser captado teoricamente como categoria.

Ou seja, não é que as mercadorias valham, sejam valiosas, porque existe um valor anterior a elas e que se expressa nelas, mas é o valor que só existe e pode expressar-se porque as mercadorias existem socialmente como tais. Isto é, como fruto de trabalho humano voltado para a troca, não para a fruição própria de quem desempenha o trabalho.

Se é assim, porém, a mercadoria não pode ocupar apenas o *locus* reservado ao ponto de partida da crítica da economia política. Mais do que isso, o caminho dessa crítica será o caminho longo e tortuoso, cheio de mediações e transformações, que a mercadoria ela mesma seguirá, até devir capital e organizar o mundo segundo sua lógica de uma acumulação incessante, com as consequências devastadoras que daí se seguem.

Contudo, esse capital, no fundo, “não é, apesar de seu fastígio, senão ‘coleção de mercadorias’” (Paula, 2008, p. 172). Por isso, João Antônio de Paula, apoiando-se em Karel Kosik, lê *O capital* como a odisseia da mercadoria:

⁴ Como se sabe, a Revolução Russa de 1917, segundo o calendário juliano, eclodiu em 25 de outubro, data que, no calendário gregoriano, corresponderia a 7 de novembro.

A mercadoria apresenta-se, sucessivamente, como forma simples, fortuita, e singular do valor; como forma extensiva do valor; como forma geral do valor; como forma dinheiro; e como forma preço do valor, prefigurando, por meio dessas metamorfoses conceituais, o movimento real da mercadoria no âmbito da circulação das mercadorias, isto é, antes que se ponham, em todas as suas mediações, as manifestações concretas da mercadoria que vai se tornar capital.

É vertiginoso o ritmo e a amplitude conceitual da primeira oração de *O capital*: nas cinco linhas, 36 palavras, a súpula, rigorosa de uma longa exposição, que vai se desdobrar em três livros, em 2.580 páginas: a “odisseia da mercadoria”, o inventário de suas formas e metamorfoses até sua plena realização como capital e seus disruptivos desdobramentos. (Paula, 2008, p. 168-169)

Nessa interpretação, ressoa nitidamente a dialética hegeliana. Kosik inclui a obra de Georg Hegel entre aquelas que estariam marcadas pela odisseia como motivo simbólico próprio daquela época, estendido à literatura, à ciência e à filosofia. Acompanhando-o também nesse ponto, e polemizando com Michael Krätke e Michael Heirinch, João Antônio de Paula adere explicitamente à tese da “centralidade da dialética em *O capital*” (Paula, 2019, p. 574):

É preciso ver a dialética no Capital não como adjacência-lateralidade-expediente. É preciso pôr a dialética como essencialidade metodológica e material. A dialética não está em lugar oculto, embrumado, furtiva à iluminação. A dialética põe-se na vida dos conceitos, é sua alma, é o que os faz capazes de transformarem-se, apropriarem-se do real, confundirem-se com a realidade. (Paula, 1994, p. 38)

Mas essa adesão, como se pode ler, não vem sem a ressalva de que “a dialética não é só um método, uma sorte de expediente epistemológico, mas, como na lição de Hegel, o resultado do efetivo entrelaçamento entre lógica e ontologia” (Paula, 2019, p. 574). A discussão do valor e de sua relação com o preço parece não deixar dúvidas quanto a isso.

2. Valor: substância e grandeza, mas também forma

Afirmar que o valor só se coloca objetivamente no mundo em uma “sociedade de produtores de mercadorias” é afirmar, implicitamente, a conexão interna entre o valor e um tipo específico de relações sociais. Certamente, o valor “assume uma forma material através da mercadoria” e “se manifesta no processo de produção”. Mas, antes de tudo, ele consiste em “uma relação social entre pessoas” (Paula, 1982, p. 76).

Essa compreensão de base permite acentuar outra diferença entre a teoria do valor-trabalho sustentada pelos clássicos da economia política e aquela desenvolvida por Marx no cerne de sua crítica. Já nos clássicos é possível encontrar referência à substância do valor – o trabalho humano – e à grandeza ou medida do valor – as horas de trabalho. Marx, de um lado, aprimora a explicação dessas duas dimensões, ao passo que inova ao introduzir uma nova dimensão, a saber, a forma do valor: “Marx não só dá respostas mais adequadas, teoricamente superiores, às dimensões substância e medida do valor, quanto inventa uma problemática nova, especificamente marxiana, que é a referente à forma do valor” (Paula, 2008, p. 185). Como bem o mostra Isaak Rubin (1987), “[e]sta problemática, a da forma do valor, é a novidade especificamente marxiana que Marx trouxe para o que se pode chamar de teoria clássica do valor trabalho” (Paula, 2019, p. 582).

A reformulação das dimensões herdadas e a introdução dessa nova dimensão guardam uma estreita relação entre si, bem como com aquela concepção de base que vincula o valor a um tipo peculiar de relação social, a relação entre os produtores de mercadorias – nada mais do que a relação social do capital⁵, que separa a classe trabalhadora das condições objetivas do trabalho.

Tais mercadorias, por definição, destinam-se à troca, só são mercadorias porque podem ser trocadas. Elas não possuem um estatuto ôntico exclusivo: não precisam ser palpáveis, possuir um tamanho, um peso, um volume, uma cor:

⁵ Cf., por exemplo, Marx, 2017, p. 450: “a relação do capital, quer dizer, a relação social determinada em que o trabalho pretérito se confronta de modo independente e onipotente com o trabalho vivo”.

mercadoria é tudo aquilo que satisfaz o estômago ou a fantasia.

Isto implica considerar que mercadoria pode ser não só o que é tangível, corpóreo, acumulável, que tem existência no tempo e no espaço, quanto o que não é material, não tem massa e que só existe no tempo: uma execução musical, um espetáculo teatral, uma aula etc. (Paula, 1984, p. 123)

Com essa amplitude ilimitável, toda mercadoria é o produto de um trabalho concreto, realizado privadamente por um indivíduo, que emprega uma técnica específica e se vale de um material particular para produzi-la. Mas, exatamente pela idiossincrasia de cada trabalho desses, a relação entre dois ou mais deles é incomensurável. Logo, a troca, ao requerer a emergência de algum padrão de equivalência, implica despir a mercadoria dessas suas vestes próprias: “[a] troca opera a socialização do trabalho, retira-o do espaço particular de uma imediatez e o universaliza” (Paula, 1984, p. 124).

Quatro metamorfoses fundamentais acontecem no processo de troca. Em primeiro lugar, diante da divisão social do trabalho, é imprescindível que todo trabalho privado se apresente somente como trabalho social, não importando se é um trabalho no setor da agricultura ou da indústria, da indústria têxtil ou da indústria alimentícia, e assim por diante. Paralelamente, em decorrência da divisão técnica do trabalho, todo trabalho concreto – com sua técnica imprimida em seus materiais, seu nível de atenção, seu tipo de esforço, etc. – devém trabalho abstrato. Em terceiro lugar, como há trabalhos mais complexos do que outros, posto que trabalhos distintos implicam graus de aprendizagem variados, a troca entre seus produtos exige que o trabalho complexo seja resumido a múltiplos de trabalho simples. Finalmente, como a produtividade é diferente tanto entre setores da economia quanto internamente a um mesmo setor, cada trabalho individual é considerado na troca apenas no que corresponde ao trabalho socialmente necessário, isto é, ao trabalho que produz conforme o nível modal de produtividade, determinado pela interação entre os diversos capitais, com suas múltiplas condições técnicas, e, também, pela interação entre oferta e demanda (Paula, 1984, p. 124-128; Rubin, 1987).

Dessas quatro metamorfoses, a mais importante, em torno da qual as outras se articulam, é a que diz respeito à distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato⁶. Ela permite a distinção subsequente entre valor de uso e valor. Enquanto o valor de uso refere-se ao resultado de um trabalho concreto, que elabora uma mercadoria com características distintas das características de outras mercadorias, o valor refere-se ao fato de que todas elas, não importa o quão diferentes sejam, são igualmente mercadoria.

Todavia, essa igualdade, esse ser igual de mercadorias radicalmente diferentes, não é um atributo que está nas mercadorias elas mesmas. Uma camisa e um pacote de batatas, um computador e um espetáculo teatral, quando abordados em sua imediatez empírica, não são, por óbvio, mercadorias iguais. O atributo da igualdade entre elas lhes é dado somente no interior de relações sociais de troca, no interior de relações entre produtores de mercadorias que as produzem inelutavelmente para o intercâmbio. É por isso que, junto a um conteúdo específico, cada mercadoria possui uma forma, a forma de valor, que só se faz presente na troca, como valor de troca. Essa forma – no limite, o que permite que as mercadorias sejam trocadas – é um atributo social, não palpável, não empírico. É isso o que está na enigmática frase do ponto quatro do capítulo primeiro do livro I de *O capital*: “mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais” (Marx, 2013, p. 147).

Com isso, de um lado, exsurge tanto a possibilidade quanto a necessidade de um equivalente universal para as mercadorias, e a forma de equivalente universal “não se diferencia em nada” (Marx, 2013, p. 145) da forma-dinheiro. Como afirma Rubin, “[a] teoria do dinheiro de Marx se encontra em estreita e inseparável ligação com sua teoria do valor” (Rubin, 2020, p. 51). Do início ao fim, Marx não discorre apenas sobre uma economia de trocas simples – completamente afastada de nosso tempo –, mas sobre uma

⁶ Marx ele mesmo entendia que sua concepção acerca do duplo caráter do trabalho, diferenciando trabalho concreto de trabalho abstrato, era um dos “melhores pontos” de sua obra, ao lado do tratamento categorialmente autônomo do mais-valor, sem considerar, inicialmente, suas diferentes formas de manifestação como lucro, juros e renda da terra. Cf. Marx, 2010, p. 407.

economia monetária de trocas, uma economia de trocas mediadas por dinheiro. O dinheiro está presente desde o capítulo inaugural de *O capital*, cujo título é “A mercadoria”.

De outro lado, se as mercadorias precisam ser trocadas, mas só o podem ser quando suas qualidades imediatamente sensíveis são afastadas, na troca desaparecem os traços que as poderiam revelar como meros frutos de trabalho humano. Estão dadas as condições para a manifestação do fetichismo da mercadoria⁷, a existência de “relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”, típicas de “uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção” (Marx, 2013, p. 156):

O fetichismo da mercadoria é o encobrimento da sua natureza, o ofuscamento de que a mercadoria não é nada mais, nada menos que cristalização de relações sociais, coagulação de trabalho humano, de que o valor das mercadorias é expressão de trabalho humano. (...)

O fetichismo é o espaço do estranhamento dos indivíduos, alienados dos seus vínculos sociais, condenados ao vazio da relação homem-coisa (...). (Paula, 1984, p. 121-122)

Em suma, Marx redefine as dimensões do valor que a economia política clássica, embora sem diferenciar adequadamente valor e valor de troca, já identificara. A substância do valor é o trabalho humano, mas não o trabalho privado e concreto, e sim o trabalho abstrato. A grandeza ou magnitude do valor relaciona-se ao tempo de trabalho humano, mas não ao tempo individual de trabalho, e sim ao tempo de trabalho socialmente necessário. Isso pressupõe não só captar níveis modais de produtividade, mas também que todos os trabalhos mais complexos sejam resumidos a múltiplos de trabalho simples, e ambas as coisas implicam ter já sido dado o passo que leva da consideração do trabalho concreto ao trabalho abstrato.

⁷ Cf. Rubin, 1987, p. 17-73, que faz do fetichismo da mercadoria o ponto de partida de sua análise da teoria marxista do valor.

Essa redefinição, por sua vez, está internamente ligada à introdução de uma nova dimensão na abordagem do valor-trabalho, a forma do valor. Ela destaca o caráter social do valor, mostrando ser ele um atributo que não está nas coisas mesmas, mas lhes é dado por sua inserção numa teia complexa de relações sociais que as mercadorias medeiam. Novamente, não existem mercadorias porque existe um valor a-histórico que as antecede e elas expressam. Ao revés, só cabe falar em valor porque existem mercadorias que se trocam, ou melhor, que nós trocamos, porque continuamos sendo uma “sociedade de produtores de mercadorias”, essas “coisas sensíveis-suprasensíveis ou sociais” (Marx, 2013, p. 147).

3. Valor e preço: a transformação como problema inexistente

Como atributo social das mercadorias, o valor não é empiricamente observável. No entanto, ele efetivamente opera no mundo ao mediar o intercâmbio entre as mercadorias. Como dito, daí exsurge tanto a possibilidade quanto a necessidade de que o valor possa expressar-se por meio de um equivalente universal e a forma desse equivalente universal não é outra coisa que a forma-dinheiro. Quando o valor de uma mercadoria qualquer é expresso nessa forma-dinheiro, temos a forma-preço (Marx, 2013, p. 145). Em outras palavras, desde o início da “odisseia da mercadoria”, o que se coloca como expressão de seu valor é seu preço, sua determinação nominal em dinheiro: “desde o início, estão dados certos preços” (Paula, 2000, p. 487).

É amplamente conhecido que, ao longo dos livros 1 e 2 de *O capital*, Marx trabalha com a suposição de que as mercadorias são trocadas por seus valores, suposição que será abandonada no livro 3, quando entrar em discussão o preço de produção. Isso, porém, não autoriza a interpretação segundo a qual os preços estariam ausentes da argumentação marxista até esse momento do livro 3 e, a partir de então, gerariam um problema, o problema da transformação entre valores e preços, para os quais Marx não teria uma solução.

João Antônio de Paula identifica esse tipo de interpretação, que rendeu tantas polêmicas, como derivado de uma indevida influência furtiva de León Walras e seu primado teórico do equilíbrio e da lógica da identidade, primado “contrabandeado para o marxismo” (Paula, 2020, p. 482). Uma compreensão satisfatória da relação entre valor e preço requer livrar-se dessa influência, dando a devida relevância à dialética na crítica da economia política marxista:

grande parte dos problemas, reais ou imaginários, atinentes à relação entre valores e preços, na obra de Marx, decorrem da reiterada incompreensão, que aliados e adversários, têm de sua metodologia. É amplamente conhecida a estrutura da exposição de *O Capital*, que avança do abstrato ao concreto, cuja dinâmica é dada por *démarche* lógico-genética, isto é, as categorias analíticas construídas por Marx não são nem pura facticidade-imediaticidade, nem pura abstração; são entidades ontológicas, unidades elementares de uma realidade – totalidade – em movimento, cuja expressão necessária é a contradição. Trata-se, nesse sentido, de entender que a compreensão da obra de Marx, pressupõe, fortemente, levar a sério a dialética, dar-lhe consequência analítica. (Paula, 2000, p. 498)

Mais especificamente, esse dar à dialética “consequência analítica” significa reconhecer, no que tange à relação entre valor e preço, que a teoria do valor de Marx não pode ser buscada em sua completude no capítulo I do livro I de *O capital*:

trata-se de desfazer o equívoco interpretativo da teoria do valor de Marx. Essa teoria não está exposta no capítulo I, do livro I de *O Capital*.

(...)

Não entender isso, buscar no capítulo I do livro I uma teoria completa do valor, ou ainda mais grave, tomar esse capítulo e associá-lo ao capítulo IX do livro III e extrair daí uma condenação ou aprovação da teoria do valor de Marx é de uma total impropriedade. A teoria do valor de Marx é, com certeza, a base de uma teoria dos preços, contudo, isso só faz sentido em Marx como parte de uma teoria do capital. Isso significa dizer que é no

contexto de uma teoria do capital que se deve entender a teoria do valor e dos preços em Marx. E uma teoria do capital em Marx é, sobretudo, uma teoria da desigualdade, do conflito, do desequilíbrio, da alteridade. (Paula, 2000, p. 498-499)

Essa ênfase na “centralidade da dialética como método e como ontologia” (Paula, 2000, 482) será o diferencial da abordagem de João Antônio de Paula, que, para além desse elemento distintivo, adere em tudo o mais à abordagem do sistema único temporal⁸:

A questão central é a seguinte: tudo o que será dito aqui, não é, de forma alguma incompatível com a abordagem do sistema único temporal. Contudo, reivindica-se, talvez imodestamente, certa originalidade no que se propõe. Trata-se da afirmação de um princípio metodológico que, se está implícito em muitos dos trabalhos considerados, não teve qualquer função heurística explícita nas abordagens — enfim, trata-se de afirmar a centralidade da dialética como método e como ontologia do ser social. (Paula, 2000, p. 485)

A originalidade de sua proposta consiste em três aspectos. O primeiro deles refere-se à forma triádica com a qual a relação entre valores e preços é concebida. Em contraste com uma concepção dualista, raiz do chamado “problema da transformação” dos valores em preços, João Antônio de Paula entende essa relação não como uma relação que vai do valor ao preço, mas que começa com o preço, vai ao valor e retorna ao preço: preço-valor-preço. Como dito, no começo da odisseia da mercadoria, a forma-dinheiro – nada mais do que a forma de equivalente universal –, e, com ela, a forma-preço, já se faziam presentes:

todo o processo tem origem com preços, os quais são dados, esses preços são as referências que vão balizar as condições concretas da produção e desse modo a conservação dos valores já criados e a criação de novos valores, os quais se expressarão novamente como preços, no momento da venda da mercadoria produzida (...). (Paula, 2000, p. 486).

⁸ Sobre o sistema único temporal, cf. a tese de doutoramento de João Machado Borges Neto (2002).

O segundo aspecto concebe igualmente sob a forma triádica a relação entre as esferas da produção e da circulação. Não uma estrutura dual, na qual a produção é anteposta sem mais à circulação, mas uma tríade, circulação-produção-circulação:

essa anterioridade da produção em relação à circulação é tanto lógica quanto empiricamente sem sentido. Tanto a produção capitalista como sistema, quanto o capital como categoria lógico-genética têm como ponto de partida a circulação; o que significa que o circuito da interação entre produção e circulação é, na verdade, o seguinte: circulação → produção → circulação. (Paula, 2000, p. 486)

O terceiro aspecto é o entrelaçamento dos dois anteriores. Esse entrelaçamento permite uma aproximação mais fidedigna à concretude do modo de produção capitalista, deixando claro que “mudanças tanto nas condições de produção quanto nos mercados determinam mudanças nas formas concretas de extração da mais-valia e nas estratégias concorrenciais” (Paula, 2000, p. 486).

Sumarizando cristalinamente:

Isto significa que os preços que os produtores em princípio “tomam” no mercado definem as estratégias de produção desses mesmos produtores, as formas concretas como vão organizar a extração da mais-valia e como vão se apresentar competitivos no momento da venda de seus produtos. Assim, o preço de venda das mercadorias é o resultado de um processo permanente de interação entre as esferas da circulação e produção, em que os preços de compra de matérias-primas e os salários pagos, o desgaste do capital constante utilizado, que são quantidades de dinheiro, terão que ser conservados-ampliados no processo de produção, possibilitando, assim, que, pela venda, a quantidade de dinheiro despendida seja aumentada. (Paula, 2000, p. 487)

Em uma interação dialética, a circulação, como momento inicial, é negada pela produção, que se vê novamente negada pela circulação que vem depois dela. Da mesma maneira, aqueles preços de partida, dispersos na circulação, são negados pelos valores na esfera da produção, até serem novamente

negados pela venda das mercadorias por um preço de mercado que gravita em torno de um preço de produção (Paula, 2000, p. 487-490).

Essas duas tríades, e a articulação entre elas, mostram sobejamente que nunca houve um “problema da transformação” para Marx: em momento algum, sua preocupação teórica foi a de explicar como era possível e como se dava a passagem dos valores aos preços. O modo de exposição de *O capital*, dialético para adequar-se a um objeto complexo igualmente dialético, vai do abstrato ao concreto, exigindo de quem se dispõe a acompanhá-lo a paciência hegeliana do conceito. Na espiral dessa exposição, abundam nos livros 1 e 2 as referências ao valor. Mas, no fundo, desde o início, o que está em jogo são os preços, porquanto são eles que se colam às mercadorias para indicar a avaliação quantitativa que a sociedade faz – sem saber que o faz – delas. A força de trabalho, o capital variável, é remunerada por um salário, expresso, no modo de produção capitalista, monetariamente. E não é diferente o que acontece com os elementos do capital constante, adquirido pelo portador do capital por preços monetários. No início, havia preços; também os haverá no final. Não há transformação alguma como problema a ser resolvido.

Se não há, pois, um problema da transformação a ser teoricamente enfrentado, sobre qual tipo de problema teórico Karl Marx se debruça? Ou melhor, em torno de qual problema fundamental sua teoria do valor-trabalho se ergue? Se no início e no fim o que se apresenta são os preços, se o valor não resta, no livro 3, sequer como centro de gravitação dos preços observáveis no mercado, sendo daí deslocado pelos preços de produção, por que insistir em sua relevância categorial?

Quanto ao problema que atua como motor interno para o desenvolvimento teórico da crítica da economia política marxista, trata-se do “absurdo de uma sociedade que, ao colocar a reprodução social como atributo do valor, produz e reproduz a miséria e o desperdício, como as faces de uma mesma moeda, a sociedade mercantil-capitalista” (Paula, 1984, p. 122). Compreender essa sociedade, como gesto inseparável da injunção de transformá-la

radicalmente: a isso se devotam, desde muito cedo, Marx e sua obra. E, no curso do desenvolvimento desta, a categoria do valor se foi impondo como pilar incontornável na busca desse propósito.

Afinal, uma sociedade que coloca “a reprodução social como atributo do valor” não é senão uma sociedade submetida à dominação anônima desse valor em sua pulsão incessante de autovalorização. Nas condições de uma economia de trocas mediadas por dinheiro, tal autovalorização só pode ocorrer se, em alguma troca específica, for possível tanto respeitar quanto transgredir o pressuposto da troca de equivalentes. A troca que possibilita essa contradição estruturante é aquela que acontece entre o capital variável, sob a forma de salário, e a força de trabalho:

O salário é o valor da força-de-trabalho. Enquanto valor-de-uso, o capitalista usufrui do direito de dispor da força-de-trabalho, de consumi-lo, produtivamente, durante todo o dia de trabalho, ou seja, o consumo do valor-de-uso da força-de-trabalho possibilita ao capitalista ultrapassar os limites impostos pela troca de equivalentes, na medida em que essa troca se dá ao nível da dimensão valor-de-troca. O surgimento da mais-valia se dá respeitando e transgredindo o suposto da troca de equivalentes. (Paula, 1982, p. 78-79)

Por meio dela, a autovalorização do valor torna-se possível, o valor pode devir capital – mas o pode apenas se se apropria de mais-valor, isto é, de valor correspondente ao tempo de trabalho excedente da classe trabalhadora, tempo de trabalho que ultrapassa o que seria necessário para meramente repor, sob a forma da equivalência, o valor de sua força de trabalho.

Quando o suposto de que as mercadorias se trocam por seus valores for abandonado no livro 3, quando, ao aproximar-se da concretude dos muitos capitais em operação, Marx explicitar que é o preço de produção que regula os preços de mercado (Rubin, 1987, p. 246), fazendo-os oscilar em torno de si, seguramente será acrescentado um grau formidável de complexidade à explicação teórica. Mais que isso: na determinação do preço de produção pela adição de preço de custo – a soma de capital constante e capital

variável que formam uma mercadoria – e lucro médio⁹, não é só o valor que parece tornar-se uma categoria descartável, mas também o mais-valor parece esvair-se como categoria relevante.

No entanto, num nível mais profundo e mais abstrato, tudo segue estritamente dependente daquela contradição estruturante que possibilita a autvalorização do valor. Tudo permanece estruturado pela distinção entre valor e mais-valor. O lucro médio será distribuído aos muitos capitais em proporção à fração correspondente a cada um no capital total da sociedade. Individualmente, para cada capital, essa fração poderá ser maior ou menor que o mais-valor efetivamente extraído da classe trabalhadora por ele empregada. Contudo, o lucro total disponível para ser distribuído entre os capitais jamais poderá ultrapassar o todo do mais-valor extraído por todos eles, em conjunto¹⁰:

O salário remunera apenas uma parte da jornada de trabalho, a parte que Marx chamou *tempo de trabalho necessário*; a outra parte da jornada, a que é apropriada pelo capitalista e não paga, é chamada *tempo de trabalho excedente*, e é a base de onde surge o lucro, é a mais-valia. (Paula, 1989, p. 78, destaques do original)

É isso que, em última instância, explica a possibilidade do crescimento da riqueza, a possibilidade da acumulação, tanto quanto a pobreza que se alastra socialmente: por definição, só é possível acumular às custas da classe trabalhadora, às custas de extrair dela e apropriar-se de um tempo de trabalho que ultrapassa o que a equivalência das trocas ditaria. O processo de acumulação é, por conseguinte, “uma simultaneidade de equívocos: a escassez e a demasia, o desperdício e a fome, a riqueza e a miséria” (Paula; Pimentel, 1989, p. 62). E o fundamento dessa “simultaneidade de equívocos” não é outro que a relação social do capital, de dentro de onde pode exsurgir o mais-valor:

⁹ Para mais detalhes, que levam em conta outros fatores importantes, como a parte de capital fixo consumida ou não, cf. Marx, 2017, p. 189-205.

¹⁰ Uma boa síntese desse ponto pode ser encontrada nos capítulos 48 e 49 do livro 3 de *O Capital* (Marx, 2017, p. 877-894).

Na superfície das relações capitalistas de produção, o contrato de trabalho e a igualdade jurídica dos parceiros da troca (capitalistas e trabalhadores) abrem o caminho para a exploração, para a produção e a apropriação da mais-valia – “por fora bela viola, por dentro pão bolorento”. A igualdade formal entre os parceiros da troca consagrada no direito burguês como justa e equânime é o invólucro em que se esconde *a relação social fundamental do sistema capitalista, a exploração do trabalho, a produção e a apropriação da mais-valia*. (Paula, 1984, p. 122, destaques meus)

4.A crise e seu devir autoimune

O fato de que a autovalorização do valor só se consuma em um processo que tanto respeita quanto transgride o pressuposto da troca de equivalentes já revela que a lei do valor apenas consegue forjar – anônima e anarquicamente – a produção e a reprodução da sociedade contradizendo a si mesma. Certamente, em uma de suas dimensões, essa lei diz que as mercadorias, no modo de produção capitalista, trocam-se tendencialmente por seus valores. Essa dimensão, porém, nem de longe a esgota como lei dialética:

A lei do valor tem várias dimensões. É ao mesmo tempo lei de regulação da produção e reprodução material capitalista e sistema referenciador, princípio unificador da economia política. É, portanto, realidade em sua dupla determinação enquanto materialidade e ideia; enquanto ontologia, a lei do valor se expressa como realidade social que se realiza nas trocas, no entrecruzar das igualações dos trabalhos a partir das igualações dos produtos do trabalho, das mercadorias. Enquanto ontologia, a lei do valor é lei de movimento, lei de valorização do capital, expressão da reposição sistemática da lógica da acumulação do capital, da concorrência intercapitalista. Enquanto lógica, a lei do valor é sinal, é referência, é a expressão possível e precária da necessidade de regulação do sistema capitalista. A lei do valor é, então, a “lei de equilíbrio espontâneo da sociedade mercantil-capitalista”. (...). Todo esse processo, sabemos, se faz de forma contraditória e parcial, precária e anarquicamente. (Paula; Pimentel, 1989, p. 61-62)

No caminho de sua exibição contraditória, conformada por essas suas múltiplas dimensões, a lei do valor chega, inevitável e reiteradamente, a um momento de crise: “a crise econômica capitalista é resultado das próprias contradições internas do capitalismo, é resultado portanto da ação da lei do valor” (Paula, 1984, p. 133). Em sua caça ensandecida de mais-valor, o capital não pode não engendrar a negação de si.

A crise foi um dos tópicos que mais despertou a atenção de Marx, sobremaneira no contexto de elaboração madura de sua crítica da economia política: “[a] partir de 23 de abril de 1857 a correspondência entre Marx e Engels apresentará um item permanente, que é a crise econômica” (Paula, 2011, p. 129). A que se refere, entretanto, a crise? Para João Antônio de Paula,

A crise é o reencontro do capital com sua dimensão valor de uso.

(...)

É na crise que o capital redescobre sua natureza-mercadoria, é na crise que o capital tem de ajustar contas com suas contradições internas, na crise o capital apresenta-se como de fato é: coleção de mercadorias que só significam riqueza quando se realizam no mercado. Mercadorias invendidas são valores de uso em deterioração, valor que se perde, capital que se desgasta. (Paula, 1984, p. 129-130)

Mas, ao forçar o capital a um reencontro consigo mesmo, a crise é também um momento de restauração do valor:

A disputa capitalista tem sempre como resultado a derrota de alguns dos competidores, sendo seus despojos repartidos entre os vencedores. É assim que, no processo de crise que deprime a renda, os preços, e aumenta o desemprego e os estoques, não resistirão todos os capitalistas, ajustando-se o capital às novas condições, eliminando o capital excessivo que havia provocado a competição. As empresas que sobreviverão poderão comprar parte da massa falida a preço reduzido, podendo dessa forma retomar o ciclo de crescimento com composição orgânica em valor reduzida em relação à composição técnica. (Paula, 1982, p. 82)

Ou seja, a “expressão de Schumpeter de que a crise é ‘destruição criadora’ pode ser adaptada para expressar uma outra ideia: a crise como destruição restauradora da ‘verdade’ do valor” (Paula, 1984, p. 134).

A relevância desse momento de verdade, dessa destruição restauradora, justifica-se, mais uma vez, com base no caráter internamente contraditório do desenvolvimento capitalista. Cada passo desse desenvolvimento, cumprindo a lei do valor como lei também da valorização do capital, é, ao mesmo tempo, uma tentativa de burlá-la, o que denota “o caráter radicalmente dialético da lei do valor” (Paula; Pimentel, 1989, p. 63). Os avanços técnicos, por exemplo, são um caso claro disso. Se, por um lado, só se dão a entender adequadamente nos termos da lei do valor, da busca por uma autovalorização diferenciada do valor, por outro lado são o exato oposto dessa lei: “o sentido da inovação técnica é sempre o de obstaculizar a lei do valor” (Paula, 1982, p. 80).

Dois conjuntos desse tipo de fenômeno que obstaculiza a lei do valor, que impede a restauração da verdade do valor, importam mais de perto aqui, por se relacionarem mais diretamente com o perfil que as crises vieram a assumir no capitalismo contemporâneo.

Em primeiro lugar, e em estreita conexão com as inovações técnicas, apresenta-se o processo de concentração e centralização do capital. As situações de oligopólio e monopólio permitem às grandes empresas gerar lucros diferenciais, administrando preços e controlando mercados em contraste com a ideia de competição, pressuposto indispensável ao desempenho da lei do valor:

Com a oligopolização do capital, o capitalismo parece livrar-se definitivamente do espectro do crescimento lento, da igualação da taxa de lucro.

(...)

Agora, a entrada de novas empresas é obstaculizada pelo requerimento mínimo de capital que é enorme. Assim, as migrações de capital entre os

ramos que garantiam o funcionamento da tendência à igualação das taxas de lucro estão bloqueadas. (Paula; Pimentel, 1989, p. 82)¹¹

Com esse bloqueio da tendência à igualação das taxas de lucro, os oligopólios e monopólios podem escapar, ao menos relativamente, de outra tendência, aquela à queda da taxa de lucro (Paula, 1982, p. 84), geralmente entrelaçada com a possibilidade de irrupção violenta de crises.

Em segundo lugar, vem a lume o papel que o Estado tem sido chamado a exercer pelo menos desde a transição do século XIX para o século XX. Sem dúvida, esse papel é diferente entre o auge da intervenção de inspiração keynesiana e as últimas décadas, caracterizadas pelo ataque avassalador dos áulicos do Estado mínimo. Mas o discurso desses últimos não deve impedir que se veja aí, sob a falsa rubrica da liberdade de mercado, um apelo constante à tutela estatal – o que muda é só o tipo de tutela que se requer. Em um modelo e em outro, o que se faz presente é um Estado que atua para tentar impedir o livre fluxo da lei do valor, sobretudo sua cumeada sob a forma da crise.

À moda de síntese:

A política de preços das grandes corporações, as estratégias de defesa das margens brutas de lucro oligopolistas, as barreiras à entrada, o Estado em sua função tutelar, são elementos decisivos de uma nova dinâmica econômica em que foram bloqueadas, inibidas, destruídas as manifestações espontâneas do valor. A “violência e verdade” do valor substituídas por uma pseudo-regulação política. (Paula; Pimentel, 1989, p. 65)

Sem embargo, essa substituição da “violência e verdade” do valor traz consigo suas consequências. A crise não é um acaso dentro do modo de produção capitalista. É possível postergá-la, arrefecê-la, deslocá-la no tempo e no espaço – mas não se livrar completamente dela. A crise “não é um

¹¹ Esse processo é agudizado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, que permite a países periféricos “saltarem etapas”, isto é, ingressarem no processo de industrialização diretamente na fase da “grande indústria”, com as implicações que daí advêm quanto à centralização e à concentração do capital. Cf. Paula, 1982, p. 82.

‘mau encontro’, uma eventualidade perversa, uma exceção. *É sistemática e inescapável manifestação* do mesmo processo que gera a riqueza e a acumulação” (Paula; Pimentel, 1989, p. 62). Suas dores “são inevitáveis enquanto a riqueza de uns fundar-se na exploração da maioria” (Paula; Pimentel, 1989, p. 59). Ela é o termo da “odisseia da mercadoria, transformada em capital, um capital que se acumulou como fim em si mesmo” e que, “desmesurado, incapaz de conter sua *hybris*, põe em marcha os elementos disruptivos, que, em certo momento, se apresentarão como crise, como violência, como destruição” (Paula, 2019, p. 576, destaques do original).

Logo, as burlas à lei do valor não implicam sua abolição. Essa abolição só seria possível em outro modo social e econômico de produção. Mantido o modo de produção capitalista, essas burlas podem, no máximo, alterar o perfil de superfície da dinâmica da economia, sem afetar definitivamente suas tendências estruturais.

No que tange à crise, no âmbito de um capitalismo altamente concentrado e em entranhada relação com o aparato estatal, tem sido possível domesticá-la, suavizá-la. O contraponto a isso, porém, tem sido uma neutralização da ação das crises em sua potência de restaurar “a verdade” do valor. Sem isso, se as crises irrompem com menos frequência, tampouco elas se dissipam em algum momento – são renitentes e autoimunes:

A ação “saneadora” da crise esbarra nos limites impostos pela adaptação-resistência do capital monopolista e do Estado, pela sua recusa persistente à automutilação. A crise no capitalismo, que sempre foi simultaneamente doença e remédio, tornou-se autoimune, como outra tristemente célebre patologia do mesmo tempo. (Paula; Pimentel, 1989, p. 69)

Como afirmado na introdução, isso não significa que irrupções mais truculentas estejam completamente vedadas – bem o mostram os anos de 2006 a 2008 (Paula, 2019, p. 605). O que isso significa é que, mesmo quando essas irrupções cessam, a crise não se esvaece.

Considerações finais: os inacabamentos de Marx e o que eles pedem de nós

João Antônio de Paula não hesita em afirmar, na esteira de Pedro Scaron, que *O capital* corresponde ao livro mais importante do nosso tempo: “sobretudo, porque continua sendo o instrumento mais percuciente, tanto para compreender o mundo contemporâneo, quanto para superá-lo mediante ação crítico-prática emancipatória” (Paula, 2019, p. 604). Essa constatação, no entanto, vem junto ao reconhecimento do caráter inacabado da crítica da economia política apresentada por Marx nos três livros que compõem *O capital*. O livro 1 “perfez uma viagem completa, a produção do capital foi apresentada integralmente” (Paula, 2019, p. 587). Mas os livros 2 e 3 permaneceram inacabados. E, sobre o próprio livro 1, “o muito que, efetivamente, é possível saber sobre ele, não elimina as muitas áreas de sombra, que o fazem, relativamente, ainda, um livro a ser decifrado em todos os seus significados e implicações” (Paula, 2019, p. 576).

A pergunta que se coloca é, então, o que esse inacabamento reconhecido exige de quem endossa a categórica afirmação de *O capital* como obra mais importante de nossa época. Um primeiro conjunto de exigências relaciona-se à polêmica quanto à manutenção ou alteração – e em que sentido e grau – do plano original, rascunhado em 1857, de redação de seis livros¹². Apoiando-se em Roman Rosdolsky, João Antônio de Paula diz:

Roman Rosdolsky (...) oferece uma convincente abordagem da questão que poderia ser resumida assim: 1) Marx teria modificado o plano de 1857, o dos seis livros da crítica da economia política, em 1865/66, pela incorporação, ao Livro I, das temáticas que deveriam constar dos livros sobre propriedade da terra e sobre o trabalho assalariado; 2) por outro lado, os livros sobre o Estado, o Comércio Exterior e o Mercado Mundial e as Crises não foram abandonados (...). (Paula, 2019, p. 598)

¹² Para mais detalhes, cf. Deus, 2015.

Diante disso, a tarefa que se descortina é a de dar continuidade ao projeto teórico de Marx, não só insistindo em entender e explicitar sentidos ainda pouco compreendidos da obra que ele deixou redigida, mas também indo além desse seu espólio escrito, arriscando-se a pensar aqueles tópicos que ficaram por vir, o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial – no que se inclui a relação entre centro e periferia¹³ – e as crises. Pois o inacabamento de *O capital*

se não chega a ser uma virtude, impele o texto à permanente atualização, à permanente abertura para a incorporação das transformações que a realidade vai pondo, impedindo a totalização precoce, um congelamento do que ainda não está pronto para o apaziguamento. (Paula, 2019, p. 570)

Todavia, essa tarefa eminentemente teórica só adquire seu sentido pleno quando intrinsecamente articulada com o propósito prático de superação do modo de produção capitalista, de ruptura com a forma de uma “sociedade de produtores de mercadorias”. Que as crises se tenham tornado renitentes e autoimunes não implica que não haja saída para tal patologia: implica apenas que não há escapatória para as crises *dentro do modo de produção capitalista* e que, portanto, a única saída é uma que nos leve para fora desse modo social e econômico de produção.

Em palavras mais diretas, aquela tarefa teórica não pode ser compreendida senão em seu compromisso interno com um futuro socialista. Isso, por óbvio, não significa um retorno às experiências do século XX, pois um passo imprescindível na construção de tal futuro é destacar os erros ali cometidos:

importantes descaminhos políticos, que se foram trágicos como no caso do stalinismo, não se restringiram a esta forma brutal de “socialismo de caserna”, já que também grandes nomes do marxismo revolucionário, como Lênin e Trotsky, não ficaram imunes a importantes equívocos políticos. (Paula, 2019, p. 604)

¹³ Para as importantes mudanças no pensamento de Marx sobre o capitalismo periférico ao longo de sua vida e sua obra, indo de um “progressocentrismo” a uma abertura genuína às especificidades da periferia do capitalismo, cf. Paula, 2019, p. 587-597.

Nem sua redução burocrática, nem sua limitação autoritária, nem seu estreitamento economicista. O desafio que se impõe é pensar, e lutar por, um socialismo que faça emergir o novo na história, com toda a exuberância do que pode vir a ser uma vida emancipada:

O socialismo não se resume na mudança político-econômica. O socialismo implica avançar a reflexão e a transformação sobre a técnica, sobre a estrutura produtiva, critérios econômicos, organização social, etc... Estas não são categorias neutras, as quais permaneceriam intactas no socialismo. O socialismo implica também repensar, democratizar a relação dos homens com a técnica, com a ciência, com o mundo material. (Paula, 1982, p. 91)

É assim que a crítica da economia política segue tendo tanto a dizer sobre nosso tempo, e a nosso tempo. Não se trata de passado, mas de presente. De presente e de luta por futuro. Sua atualidade é atualidade do marxismo e, com ele, atualidade do socialismo como horizonte do qual não se pode abrir mão se se quiser seguir acreditando que algum futuro ainda é possível:

A presença do socialismo como a única alternativa à barbárie; o marxismo como grande herdeiro das grandes conquistas do pensamento humano, o socialismo como única garantia da preservação e desenvolvimento de tudo o que de melhor a humanidade produziu até hoje. (Paula, 1982, p. 95)

A atualidade do marxismo e do socialismo, por sua vez, não é outra coisa que a atualidade de João Antônio de Paula e de sua leitura da crítica da economia política. E é ele mesmo quem, em uma única frase, deixa registrado o principal motivo para isso, motivo que nos interpela preciosamente em meio aos assombros desta nossa época: “De resto, a atualidade do marxismo é a atualidade da esperança” (Paula, 1989, p. 95).

Referências

- BORGES NETO, João Machado. *Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista*. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2002
- DEUS, Leonardo Gomes de. Marx em tempos de MEGA: os planos e o plano de O Capital. *Estudos Econômicos*, v. 45, n. 4, p. 927-954, 2015
- MARX, Karl. Marx to Engels. 24 August 1867 (Letter). In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. V. 42, Letters: 1864-68. Trans. Christopher Upward and John Peet. London: Lawrence & Wishart, 2010
- MARX, Karl. Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner. Trad. Luiz Philipe de Caux. Rev. Thiago Simim. Verinotio – *Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, ano X, v. 23, n. 2, p. 252-279, nov. 2017
- MARX, Karl. *O Capital* – Crítica da economia política. Livro I, O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, Karl. *O Capital* – Crítica da economia política. Livro III, O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017
- MEIRELLES, Guilherme. *Ouro em alta atrai interesse; saiba o que considerar antes de investir*. Valor Econômico. 2025. Disponível em: <<https://valor.globo.com/guia-de-fundos/fundos-de-investimento/noticia/2025/06/16/ouro-em-alta-atrai-interesse-saiba-o-que-considerar-antes-de-investir.ghtml>>. [Acesso em 03/07/2025]
- PAULA, João Antônio de. A atualidade do marxismo. *Boletim Seaf*, n. 2, p. 69-98, 1982
- PAULA, João Antônio de. Ensaio sobre a atualidade da lei do valor. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 2, p. 111-134, abr.-jun. 1984
- PAULA, João Antônio de. Marx, a filosofia e a economia política. *Cedeplar – Textos para Discussão*, n. 32, p. 05-45, 1994
- PAULA, João Antônio de. A dialética valores e preços. *Revista de Economia Política*, v. 20, n. 4 (80), p. 480-500, out.-dez. 2000
- PAULA, João Antônio de. O “Outubro” de Marx. *Nova Economia*, Belo Horizonte, p. 167-190, mai.-ago. 2008
- PAULA, João Antônio de. Marx 1857/1858: além dos Grundrisse. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 30, p. 123-142, out. 2011
- PAULA, João Antônio de. Dialética do inacabamento: 150 anos do Livro I de O Capital. *Síntese*, v. 46, n. 146, p. 569-609, set.-dez. 2019
- PAULA, João Antônio de; PIMENTEL, Fernando Damata. A lei do valor e a crise do nosso tempo. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 2, p. 58-69, abr.-jun. 1989
- RICARDO, David. *Principles of political economy and taxation*. Dover Publications: Mineola, 2004
- RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. Trad. José Bonifácio Amaral Filho. Pref. Luiz Gonzaga Belluzzo. 1a. ed. São Paulo: Polis, 1987
- RUBIN, Isaak. *A teoria do dinheiro em Marx*. Trad. Thiago Camarinha Lopes. 1a. ed. São Paulo: ICP, 2020